

PROGRAMA DE PROCEDIMENTO

CONCURSO PÚBLICO



Regeneração Urbana do Quarteirão Norte da Praça Francisco Barbosa

Praça Francisco Barbosa, Rua Dr. Alberto Vidal, Rua Dr. Souto Alves, Rua e Travessa da Restauração
Freguesia de Beduído, Concelho de Estarreja

Câmara Municipal de Estarreja
Praça Francisco Barbosa
Estarreja
Telefone: 234 840 600
Fax: 234 840 611
geral@cm-estarreja.pt
aprovisionamento@cm-estarreja.pt





PROGRAMA DE PROCEDIMENTO

Concurso Público: *Empreitada de Obra Pública – Regeneração Urbana do Quarteirão Norte da Praça Francisco Barbosa, na Freguesia de Beduído, no Concelho de Estarreja*
– CPEOP_001/2013

ÍNDICE

- 1. Designação da Entidade Adjudicante:**
 - 1.1. Entidade Adjudicante
- 2. Identificação do Procedimento:**
 - 2.1. Objeto do Procedimento
 - 2.2. Prazo de Execução
- 3. Decisão de Contratar**
 - 3.1. Órgão que tomou a decisão de contratar
 - 3.2. Fundamento da escolha do Procedimento Público
 - 3.3. Júri do procedimento e competência
 - 3.4. Órgão competente para prestar esclarecimentos
- 4. Requisitos Necessários para a Admissão dos Concorrentes**
 - 4.1. Qualificação dos Concorrentes
 - 4.2. Modalidade jurídica da Associação de Empresas
- 5. Consulta e Disponibilização das Peças do Procedimento**
 - 5.1. Consulta e fornecimento das peças do procedimento
 - 5.2. Esclarecimentos e retificações das peças do procedimento
- 6. Preço**
 - 6.1. Indicação do preço
 - 6.2. Preço base
- 7. Propostas**
 - 7.1. Apresentação e prazo de entrega de propostas
 - 7.2. Fornecimento de Peças Desenhadas e Visitas ao Local
 - 7.3. Prorrogação do prazo fixado para a apresentação das propostas
 - 7.4. Apresentação de propostas variantes
 - 7.5. Documentos que instruem a proposta
 - 7.6. Modo de apresentação das propostas
 - 7.7. Erros e omissões do caderno de encargos
 - 7.8. Prazo da obrigação da manutenção das propostas



8. Análise das Propostas e Adjudicação

- 8.1. Análise e avaliação das propostas
- 8.2. Preço anormalmente baixo
- 8.3. Esclarecimentos sobre as propostas
- 8.4. Critério de adjudicação
- 8.5. Audiência Prévia
- 8.6. Notificação de adjudicação/ Documentos de habilitação
- 8.7. Anulação de adjudicação
- 8.8. Causas de não adjudicação

9. Habilitação

- 9.1. Documentos de habilitação
- 9.2. Modo de apresentação dos documentos de habilitação

10. Caução

- 10.1. Caução para garantir o cumprimento de obrigações
- 10.2. Modos de prestação

11. Contrato

- 11.1. Aceitação da minuta do contrato
- 11.2. Ajustamentos ao conteúdo do contrato a celebrar
- 11.3. Reclamações sobre a minuta
- 11.4. Celebração/outorga do contrato escrito

12. Possibilidade de Ajuste Direto

13. Disposições Finais

ANEXOS

Anexo I – Modelo Declaração de “aceitação de conteúdo de Caderno de Encargos” conforme modelo constante do anexo I ao CCP, alterado pelo Decreto-Lei nº 149/2012, de 12 de julho

Anexo II – Modelo de Proposta

Anexo III – Modelo de Avaliação

Anexo IV – Modelo Declaração de “não impedimento” conforme modelo constante do anexo II ao CCP, alterado pelo Decreto-Lei nº 149/2012, de 12 de julho

Anexo V – Modelo de Guia de Depósito Bancário

Anexo VI – Modelo de Garantia Bancária



1. DESIGNAÇÃO DA ENTIDADE ADJUDICANTE

1.1. Entidade Adjudicante

1.1.1 O presente procedimento é promovido pela entidade pública adjudicante Município de Estarreja, com o NIF 501 190 082.

1.1.2 A sede da entidade adjudicante é na Praça Francisco Barbosa, 3864-001 Estarreja, e com os seguintes contactos, para efeitos do presente procedimento:

Telefone: +351 234 840 600;

Fax: +351 234 840 611;

Correio eletrónico: geral@cm-estarreja.pt e aprovisionamento@cm-estarreja.pt

Website oficial: www.cm-estarreja.pt

1.1.3 Os Serviços Administrativos, da entidade adjudicante, têm o seguinte **horário de funcionamento - 9.00 às 17.00 horas**, todos os dias úteis, excluindo Sábados, Domingos e feriados.

1.1.4 Os interessados e concorrentes devem dirigir todas as suas comunicações e notificações entre a entidade adjudicante e os interessados, na fase de formação do contrato, serão efetuadas, preferencialmente através da plataforma eletrónica e através de correio eletrónico, nos termos do disposto nos arts. 467º a 469º do Código dos Contratos Públicos.

2. IDENTIFICAÇÃO DO PROCEDIMENTO

2.1. Objeto do Procedimento

2.1.1. O presente procedimento tem por objeto a celebração de contrato para a "**Empreitada de Obra Pública_ Regeneração Urbana do Quarteirão Norte da Praça Francisco Barbosa, na Freguesia de Beduído, no Concelho de Estarreja**", em conformidade com o **CADERNO DE ENCARGOS**, que se anexa e que aqui se dá como integralmente reproduzido.

2.1.2. O presente Processo de Concurso é composto pelos seguintes elementos: Programa de Procedimento, Caderno de Encargos (*Clausulas Gerais, Memória Descritiva e Justificativa, Projeto de Execução_ Condições Técnicas Especiais, Estudo Geotécnico, Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição, Plano de Segurança e Saúde em Projeto, Estudo Ambiental, Estudos de Impacte Social, Económico e Cultural e Mapa de Medições/ Quantidades*).

2.1.3. A empreitada objeto do presente Procedimento têm a referência de CPV (Classificação Estatística de Produtos por Atividade) – **45211360-0 – Obras de Urbanização** a que se refere o Regulamento (CEE) nº 3696/93, do Conselho de 29 de outubro publicado no Jornal Oficial das Comunidades Europeias, nº L342, de 31 de dezembro de 1993, alterado pelo Regulamento (CE) nº 1232/98, da Comissão, de 17 de junho, publicado no mesmo Jornal, de 22 de junho de 1998 e pelo Regulamento (CEE) n.º 204/2002, da Comissão, de 19 de dezembro de 2001, publicado no Jornal Oficial das Comunidades Europeias n.º L 36, de 06 de fevereiro de 2002.



2.2. Prazo da execução

2.2.1. O prazo de execução da empreitada de obra pública é de **16 (dezasseis) meses**, sem interrupção de contagem aos sábados, domingos e feriados, em obediência ao plano de consignação previsto no projeto ou caderno de encargos.

2.2.2. O contrato não poderá produzir quaisquer efeitos financeiros até à obtenção do visto do Tribunal de Contas (caso seja aplicável), pelo que até essa data não serão efetuados quaisquer pagamentos ao adjudicatário nos termos do disposto no artigo 45º da Lei nº 98/97 de 26 de agosto, com as alterações introduzidas pelas Leis n.os 3-B/2010, de 28 de abril; 61/2011, de 07 de dezembro e 2/2012, de 06 de janeiro.

3. DECISÃO DE CONTRATAR

3.1. Órgão que tomou a decisão de contratar

De acordo com o previsto no nº1 do artigo 36º do Código dos Contratos Públicos (doravante designado CCP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro e republicado pelo Decreto-Lei nº 278/2009, de 2 de outubro e sucessivas alterações, a decisão de contratar consubstanciada na autorização de início de procedimento, foi tomada, por despacho superior nº 030/IIP/2013 do Presidente de Câmara José Eduardo Alves Valente Matos, datado de quatro de abril de 2013, no uso de competências que lhe foram delegadas por deliberação camarária nº 07/2009, de 02 de novembro de 2009, pela aplicação no disposto na alínea f) do nº1 do art. 68º do Decreto-Lei nº 169/99, de 18 de setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e em assonância com o determinado no nº 1 do art. 18º do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de junho, conjugado com disposto no nº 2 do art. 29º do mesmo diploma legal.

3.1.1. O despacho superior de decisão de contratar encontra-se disponível para consulta no respetivo processo do presente procedimento, na entidade adjudicante e no endereço referidos no ponto 1.1. do presente Programa do Procedimento, nos dias úteis, durante o horário de expediente nele identificado.

3.2. Fundamento da escolha do tipo de procedimento - Concurso Público

A escolha do procedimento de público para a formação do presente contrato público, baseia-se estritamente em critérios de valor, nomeadamente em função do valor base estimado, o qual é de e **€ 669.000,00** (seiscentos e sessenta e nove mil euros), acrescido de IVA, à taxa legal em vigor. Pelo estipulado no artigo 19º do Código dos Contratos Públicos (CCP), o concurso público permite a celebração de contratos de qualquer valor, exceto quando os respetivos anúncios não sejam publicados no Jornal Oficial da União Europeia, caso que só permite a celebração de contratos de valor inferior a € 5.000.000,00 (alínea c) do artigo 2º do Regulamento (EU) nº 1251/2011, de 30 de novembro, que altera as diretivas n.os 2004/17/CE, 2004/18/CE e 2009/81/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 31 de março, no respeitante aos seus limiares.



3.3. Júri do procedimento e competência

3.3.1. O procedimento é conduzido pelo Júri, designado por despacho superior nº 030/IIP/2013 do Presidente de Câmara José Eduardo Alves Valente Matos, datado de quatro de abril de 2013, referido em ponto 3.1. do presente programa, composto, em número ímpar, com cinco membros efetivos, um dos quais presidirá, e dois suplentes.

3.3.2. Para além das competências do Júri referidas nas alíneas a) a c) do n.º 1 do artigo 69.º do Código dos Contratos Públicos, cabem ainda ao Júri, à luz do n.º 2 do mesmo artigo, as competências que lhe foram delegadas em supracitada ata de reunião dos diferentes órgãos competentes para a decisão de contratar referenciado em 3.1 do presente Programa do Procedimento, disponível para consulta no respetivo processo do presente procedimento, na entidade e no endereço referidos no 1 do presente Programa do Procedimento, nos dias úteis, durante o horário de expediente nele identificado.

3.3.3. Ao júri do procedimento compete praticar todos os atos e realizar todas as diligências relacionadas com o presente procedimento cuja competência não seja cometida injuntivamente à Entidade Adjudicante, nomeadamente a prestação de esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças de concurso, a abertura das propostas, a avaliação das propostas, a realização da audiência prévia dos interessados e a elaboração dos respetivos relatórios de análise.

3.3.4. O júri pode ser assessorado por pessoas ou entidades tecnicamente qualificadas em relação a qualquer aspeto que possa relevar no âmbito do presente procedimento, sem que, no entanto, essas pessoas ou entidades possam ter direito de voto.

3.4. Órgão competente para prestar esclarecimentos

Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do Procedimento são da competência do Júri do Procedimento, conforme designado por despacho superior nº 030/IIP/2013 do Presidente de Câmara José Eduardo Alves Valente Matos, datado de quatro de abril de 2013, referido em ponto 3.1. do presente programa e em consonância com o determinado com o disposto no artigo 36º do CCP.

4. REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA A ADMISSÃO DOS CONCORRENTES

4.1. Qualificação dos Concorrentes

4.1.1. É concorrente a entidade, pessoa singular ou coletiva, que participe no procedimento de formação de um contrato, mediante a apresentação de uma proposta.

4.1.2. São admitidos ao concurso todas as entidades que satisfaçam os requisitos deste programa de procedimento e estejam aptas a cumprir as obrigações decorrentes do caderno de encargos, possuindo para o efeito capacidade técnica e financeira e apresentem proposta.



4.1.3. Serão admitidos ao concurso os concorrentes titulares de alvará emitido pelo Instituto da Construção e do Imobiliário, contendo as seguintes habilitações:

- a) 1ª Subcategoria da 2ª Categoria da classe correspondente ao valor global da sua proposta;
- b) 6ª Subcategoria da 2ª Categoria da classe correspondente ao valor da soma dos capítulos 4 e 5 do Mapa de Medições/ Quantidades;
- c) Caso o concorrente não disponha de alguma das habilitações exigidas nas alíneas a) e b) juntara aos documentos de habilitação declaração de compromisso subscrita pelo concorrente, ou, em caso de agrupamento, por todas as empresas dele constituintes, e por cada um dos subempreiteiros, acompanhadas dos alvarás ou respetivas cópias simples, ou dos certificados de inscrição em lista oficial de empreiteiros aprovados consoante as situações, e aos quais se vincularão por contrato de subempreitada, celebrado ao abrigo do citado diploma legal, para a execução dos trabalhos que lhe respeitem;
- d) Caso o concorrente recorra a faculdade indicada na alínea anterior, deverá juntar em documento anexo a proposta, declaração subscrita por si e por cada um dos subempreiteiros, contendo o valor e a natureza dos trabalhos objeto da subempreitada.

4.1.4. Os consórcios externos de empresas, constituídos nos termos do ponto 4.2 deste Programa de Procedimento, aproveitam das autorizações das associadas, devendo, pelo menos, a classe de uma delas cobrir o valor total da proposta.

4.2. Modalidade Jurídica da Associação de Empresas

4.2.1. Podem ser concorrentes agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas, qualquer que seja a atividade por elas exercida, sem que entre as mesmas exista qualquer modalidade jurídica de associação.

4.2.2. Ao concurso poderão apresentar-se agrupamentos de empresas, nos termos do disposto no artigo 26º do Decreto-Lei n.º 12/2004, de 9 de janeiro, sem que entre elas exista qualquer modalidade jurídica de associação.

4.2.3. A constituição jurídica dos agrupamentos não é exigida na apresentação da proposta, mas as empresas agrupadas serão responsáveis perante o dono da obra pela manutenção da sua proposta, com as legais consequências. Qualquer alteração na composição do agrupamento e/ou consórcio, terá de ser autorizada previamente pelo dono da obra, sob pena de exclusão, em qualquer fase do procedimento.

4.2.4. Todas as empresas constituintes de agrupamento ou consórcio têm de apresentar os documentos de habilitação referidos que lhe são aplicáveis.

4.2.5. Os membros de um agrupamento concorrente não podem ser concorrentes no mesmo procedimento, nem integrar outro agrupamento concorrente.

4.2.6. Todos os membros de um agrupamento concorrente são solidariamente responsáveis, perante a entidade adjudicante, pela manutenção da proposta.



4.2.7. Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento concorrente devem associar-se, antes da celebração do contrato em consórcio externo, com responsabilidade solidária, devendo no respetivo contrato ser designado o chefe de consórcio, conferindo-lhe os poderes necessários para a eficaz execução contratual, passando este a ser o único interlocutor perante a entidade adjudicante, devendo, no ato da assinatura do contrato, apresentar os seguintes documentos: cópia do contrato de consórcio, procuração outorgada por todos os membros do Consórcio o seu líder, com poderes para este proceder a faturação de todos os trabalhos executados, receber quaisquer quantias ao abrigo do contrato dando a respetiva quitação, bem como poderes para receber todas as notificações e comunicações do dono da obra ou seu representante respeitantes ao contrato celebrado.

4.2.8. Quando for o caso, cada uma das Empresas que integram o agrupamento ou consórcio, deverá apresentar juntamente com os documentos, uma declaração feita por forma autêntica no país onde tenham sede, de que se submetem a legislação portuguesa e ao foro do Tribunal Português que for competente, com expressa renúncia a qualquer outro.

4.2.9. Não podem ser concorrentes, ou integrar qualquer agrupamento as entidades que se encontrem em alguma das situações referidas no art. 55º, do CCP.

5. CONSULTA E DISPONIBILIZAÇÃO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO

5.1. Consulta e fornecimento das peças do procedimento

5.1.1. O processo do concurso é constituído pelo Programa do Procedimento, Caderno de Encargos e restantes anexos que dele façam parte.

5.1.2. Os interessados deverão adquirir as peças procedimentais gratuitamente na plataforma eletrónica utilizada pelo Município de Estarreja (Entidade Adjudicante), através do seguinte endereço <http://www.compraspublicas.com>.

5.1.3. O acesso à referida plataforma eletrónica é gratuito e permite efetuar a consulta, o download das peças do procedimento bem como apresentar a proposta. Para ter acesso à plataforma deverá efetuar o registo no *site* <http://www.compraspublicas.com>. Para mais informações detalhadas sobre os "Fornecedores do Estado", consulte o *site* <http://www.compraspublicas.com>.

5.1.4. Todas as comunicações e notificações entre a entidade adjudicante e os interessados, na fase de formação do contrato, serão efetuadas, preferencialmente através da plataforma eletrónica e através de correio eletrónico, nos termos do disposto nos arts. 467º a 469º do Código dos Contratos Públicos.

5.1.5. Sem prejuízo do referido no ponto 5.1.2 o Programa de Procedimento encontra-se patente no Subunidade de Aprovisionamento e Contratação de Pública do Município de Estarreja, no Edifício dos Paços do Concelho, Praça Francisco Barbosa 3864-001 Estarreja, telefone 234 840 600 e fax 234 840 611, onde pode ser consultado, entre as 9 horas e as 17 horas, a partir da data de publicação do anúncio



no Diário da República e até ao termo do prazo fixado para apresentação das propostas.

5.2. Esclarecimentos e retificações das peças do procedimento

5.2.1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças que compõem o processo de concurso devem ser solicitados, por escrito, através da plataforma eletrónica Compras Publicas - Gatewit, indicada no ponto 5.1, no primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.

5.2.2. Os esclarecimentos a que se refere o número anterior serão prestados pelo Júri do procedimento por escrito, através da plataforma eletrónica Compras Publicas – Gatewit, nos termos estipulados no artigo 116.º do CCP, ou seja, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.

5.2.3. Apenas são considerados válidos os esclarecimentos prestados pelo Júri, nos termos mencionados no número anterior.

5.2.4. Simultaneamente com a comunicação dos esclarecimentos ao concorrente que os solicitou, juntar-se-á cópia dos mesmos às peças patenteadas e proceder-se-á à imediata divulgação desse facto.

5.2.5. Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

5.2.6. Quando as retificações ou os esclarecimentos a que se referem os números anteriores sejam disponibilizados para além do prazo estabelecido para o efeito, o prazo fixado para a apresentação das propostas será prorrogado por decisão do órgão competente para a decisão de contratar, no mínimo por período equivalente ao do atraso verificado.

5.2.7. Quando as retificações ou os esclarecimentos previstos nos números anteriores, independentemente do momento da sua comunicação implicarem alterações de aspetos fundamentais das peças do procedimento, o prazo fixado para a apresentação das propostas será prorrogado, por decisão do órgão competente para a decisão de contratar por um período, no mínimo, equivalente ao tempo decorrido desde o início daquele prazo até à comunicação das retificações.

6. PREÇO

6.1. Indicação do Preço

6.1.1. Os preços constantes das propostas são indicados em algarismos e também por extenso, não incluindo o IVA, sendo que, em caso de divergência, os indicados por extenso prevalecem, para todos os efeitos, sobre os indicados em algarismos.

6.1.2. Sempre que nas propostas sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos.



6.2. Preço Base

Pelo presente contrato, de acordo com as condições previstas no Caderno de Encargos, a entidade adjudicante dispõe-se a pagar até um limite máximo de **€ 669.000,00** (seiscentos e sessenta e nove mil euros), acrescido de IVA, à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido, o que corresponde ao preço máximo que o Município de Estarreja se dispõe a pagar pela execução da empreitada objeto do concurso.

7. PROPOSTAS

7.1. Apresentação e prazo de entrega de propostas

7.1.1. A proposta é a declaração pela qual a concorrente manifesta à entidade adjudicante a sua vontade de contratar e o modo pelo qual se dispõe a fazê-lo conforme minuta constante no **Anexo II**.

7.1.2. As propostas deverão ser entregues até às 19h00m do 36º (trigésimo sexto) dia, a contar da data de envio do anúncio para publicação no Diário da República, em que a contagem dos 36 (trinta e seis) dias serão seguidos incluindo Sábados, Domingos e feriados, ou seja, ____ / ____ / ____.

7.1.3. A apresentação da proposta e dos documentos que a acompanham deverá ser realizada exclusivamente de forma eletrónica, devendo cumprir com o disposto na plataforma eletrónica Compras Públicas <http://www.compraspublicas.com>.

7.2. Fornecimento de Peças Desenhadas e Visitas ao Local

7.2.1. Durante o prazo para apresentação de propostas, os interessados poderão/deverão inspecionar os locais de execução da obra e realizar neles reconhecimentos que entenderem indispensáveis à elaboração das suas propostas, devendo inteirar-se das condições do terreno que influem no modo de execução da obra.

7.2.2. Os concorrentes deverão ter em consideração os diversos aspetos condicionados ao desenvolvimento da obra, nomeadamente, as dificuldades que se poderão registar em termos de acesso ao local de trabalho, dos equipamentos, dos materiais e do espaço disponível para a instalação do estaleiro.

7.3. Prorrogação do prazo fixado para a apresentação das Propostas

7.3.1. Quando as retificações ou esclarecimentos previstos no ponto 5.2 do presente programa de concurso, sejam comunicadas pela entidade adjudicante, para além do prazo estabelecido para o efeito, o prazo fixado para a apresentação das propostas deve ser prorrogado, no mínimo, por um período equivalente ao atraso verificado, a indicar pelo júri do procedimento.

7.3.2. As retificações referidas no ponto 5.2, independentemente do momento da sua comunicação por parte da entidade adjudicante, ou aceitação dos erros e omissões do Caderno de Encargos, nos termos do ponto 7.7, implicarem alterações de aspetos



fundamentais das peças do procedimento, o prazo fixado para a apresentação das propostas deve ser prorrogado no mínimo, por período equivalente ao prazo decorrido desde o início do prazo para a apresentação das propostas, até à comunicação ou publicitação da decisão de aceitação de erros e omissões.

7.3.3. As prorrogações previstas nos artigos anteriores serão juntas às peças do procedimento e notificadas a todos os interessados que as tenham adquirido, publicando-se imediatamente Aviso no Diário da República, nos termos do artigo 64º do C.C.P.

7.4. Apresentação de Propostas Variantes

7.4.1. Não é admitida em caso algum a apresentação de propostas variantes.

7.4.2. Entende-se como propostas variantes as propostas que, relativamente a um ou mais aspetos da execução do contrato a celebrar contenham atributos que digam respeito a condições contratuais alternativas nos termos expressamente admitidos no caderno de encargos ou das condições fixadas noutros documentos que servem de base ao procedimento.

7.4.3. Cada concorrente só pode apresentar uma única proposta.

7.4.4. Não é admitida a apresentação de propostas de subcontratação parcial do fornecimento dos serviços que são objeto do presente Procedimento.

7.5. Documentos que instruem a proposta

7.5.1. Na proposta o concorrente manifesta a sua vontade de contratar e indica as condições em que se dispõe a fazê-lo.

7.5.2. A proposta deverá ser elaborada de acordo com o **Anexo II** e acompanhada, obrigatoriamente, pelos seguintes elementos:

- a) Declaração emitida conforme modelo constante do anexo I ao CCP (alterado pelo Decreto-Lei nº 149/2012, de 12 de julho), e que se encontra em **Anexo I** a este Programa de Procedimento – declaração de “*aceitação de conteúdo de Caderno de Encargos*”, assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar;
 - i. A Declaração deve ser assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para obrigar;
 - ii. No caso de apresentação por um agrupamento deve ser assinada pelo representante comum dos membros que o integram devendo ser juntos à mesma os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos membros ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por todos os seus membros ou respetivos representantes
- b) Proposta elaborada de acordo com a minuta exemplificativa constante do **Anexo II** a este Programa de Procedimento, que poderá ser aperfeiçoada pelo concorrente nos elementos que considerar mais vantajosos para a sua proposta.



- c) Lista de Preços unitários, *em conformidade com o respetivo Mapa de Quantidades constante do Anexo H do Caderno de Encargos/Programa*;
- d) Nota justificativa do Preço Global Proposto;
- e) Memória descritiva e justificativa do modo de execução da obra
- f) Cronograma Financeiro/Plano de Pagamentos;
- g) Declaração do concorrente que mencione os trabalhos a efetuar em cada uma das subcategorias e o respetivo valor e, se for o caso, declarações de compromisso subscritas pelo concorrente e por cada um dos subempreiteiros, idêntica declaração deverá ser apresentada quando se tratar de agrupamentos de empresas (n.º 4 do art.º 60º do CCP);
- h) Programa de Trabalhos, tal como referido no artigo 361.º do Decreto-Lei 18/2008 de 29 de janeiro;
- i) Quaisquer outros documentos que o concorrente considere indispensáveis para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 57º do CCP.
- j) Outros elementos que considerem relevantes.

7.5.3. Os documentos referidos na alínea e) do número anterior serão elaborados nos seguintes moldes:

- » plano de trabalhos : gráfico com a distribuição das diferentes fases da intervenção;
- » plano de mão de obra: mapa ou gráfico contendo a distribuição numérica e profissional dos trabalhos a empregar nas diferentes fases da obra;
- » plano de equipamentos: mapa ou gráfico contendo as máquinas e equipamentos a utilizar nas diferentes fases da obra.

7.5.4. Na proposta o candidato deve especificar os aspetos que considere relevantes para a apreciação da mesma.

7.6. Modo de apresentação de proposta

7.6.1. Os documentos que constituem as propostas são apresentados diretamente na plataforma utilizada pela Entidade Adjudicante, indicada no ponto 5.1.2. e 7.1.3. deste Programa de Procedimento, através de meios de transmissão escrita e eletrónica de dados.

7.6.2. Todos os documentos carregados na plataforma deverão ser assinados eletronicamente mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada, sob pena de exclusão da proposta.

7.6.3. A receção da proposta é registada com referência às respetivas data e hora sendo entregue aos concorrentes um recibo eletrónico comprovativo dessa receção.

7.6.4. Quando, pela sua natureza, qualquer documento dos que constituem a proposta não possa ser apresentado nos termos do disposto no nº 1, deve ser encerrado em invólucro opaco e fechado, no rosto do qual deve indicar a designação e



referência do procedimento e a designação da entidade adjudicante e entregue no Subunidade de Aprovisionamento e Contratação Pública do Município de Estarreja, no Edifício dos Paços do Concelho, Praça Francisco Barbosa 3864-001 Estarreja.

7.6.5. O prazo para receção dos documentos referidos no número anterior será o indicado no ponto 7.1.2 do presente Programa de Procedimento. A proposta deverá ser apresentada em estrita observância das condições estabelecidas no Programa de Procedimento e no Caderno de Encargos, sem possibilidade de apresentação de propostas variantes.

7.6.6. Os documentos que constituem a proposta devem ser, obrigatoriamente, redigidos em língua portuguesa.

7.7. Erros e Omissões do Caderno de Encargos

7.7.1. Até ao termo do quinto sexto do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados devem apresentar, dirigida a quem proferiu a decisão de contratar, indicada no 3.1 do presente programa de procedimento, uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e omissões do Caderno de Encargos detetados e que digam respeito a (elementos previstos nas alíneas a) e b) no nº 1 do artigo 61º do CCP, alterado pelo Decreto-Lei nº 149/2012, de 12 julho):

- a) Aspetos ou dados que se revelem desconformes com a realidade; ou
- b) Espécie ou quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar; ou
- c) Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrarem que o interessado não considere exequíveis.

7.7.2. A lista referida no número anterior deverá, no mesmo prazo, ser igualmente enviada pelos interessados para o Júri do Procedimento.

7.7.3. Excetua-se do disposto em 7.7.1 os eventuais erros e omissões que os interessados, atuando com a diligência objetivamente exigível em face das circunstâncias concretas, apenas pudessem detetar na fase de execução do contrato.

7.7.4. A apresentação da lista referida em 7.7.1 deverá conter, em função da natureza do erro ou omissão, os seguintes elementos:

- a) Memória descritiva com a identificação clara e fundamentada do erro ou omissão;
- b) Mapa de quantidades, com a identificação do erro ou omissão;
- c) Quaisquer outros documentos que os interessados entendam necessários, nomeadamente desenhos, fotografias ou cálculos.

7.7.5. A apresentação da lista referida em 7.7.1, por qualquer interessado, suspende o prazo fixado para a apresentação das propostas desde o termo do quinto sexto daquele prazo até à publicitação da decisão prevista em 7.7.7 ou, não havendo decisão expressa, até ao termo do mesmo prazo.



7.7.6. As listas com a identificação dos erros e das omissões detetados pelos interessados devem ser juntas às peças patenteadas em concurso e proceder-se-á à notificação das mesmas a todos os interessados que as tenham adquirido.

7.7.7. Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, ou por um período único de, no máximo, mais 60 dias contínuos, o Município de Estarreja deve pronunciar-se sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que não sejam por ele expressamente aceites.

7.7.8. A decisão prevista no número anterior deve ser junta às peças patenteadas em concurso, sendo todos os interessados que as tenham adquirido imediatamente notificados da mesma.

7.7.9. Os esclarecimentos e as retificações referidos nos números anteriores fazem parte integrante das peças do procedimento e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

7.7.10. Quando as retificações ou os esclarecimentos a que se referem os números anteriores sejam disponibilizados para além do prazo estabelecido para o efeito, o prazo fixado para a apresentação das propostas será prorrogado por decisão do órgão competente para a decisão de contratar, no mínimo por período equivalente ao do atraso verificado.

7.7.11. Quando a aceitação de erros ou de omissões do Caderno de Encargos nos termos do disposto no artigo 61º do CCP, alterado pelo Decreto-lei nº 149/2012, de 12 de julho, implicarem alterações de aspetos fundamentais das peças do procedimento, o prazo fixado para a apresentação das propostas será prorrogado, por decisão do órgão competente para a decisão de contratar, no mínimo, por um período equivalente ao tempo decorrido desde o início daquele prazo até à publicitação da decisão de aceitação de erros ou de omissões.

7.7.12. As listas apresentadas pelos interessados nos termos do ponto 7.7.1., bem como a decisão da Entidade Adjudicante prevista no nº anterior, são publicitadas no website da entidade referida no ponto 1 do presente Programa de Procedimento, devendo ainda aquela decisão ser junta às peças de procedimento que se encontrem patentes para consulta e imediatamente a todos os interessados que as tenham solicitado.

7.8. Prazo da obrigação de manutenção de proposta

Os concorrentes são obrigados a manter as suas propostas pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação de propostas, sendo aquele prazo automaticamente renovável por iguais e sucessivos períodos, se aqueles nada requererem em contrário.



8. ANÁLISE DAS PROPOSTAS E ADJUDICAÇÃO

8.1. Análise e avaliação das propostas

8.1.1. As propostas são analisadas em todos os atributos representados pelos fatores que densificam o critério de adjudicação.

8.1.2. São excluídas as propostas cuja análise revele situações conforme descritas no nº 2 do artigo 70º do Código dos Contratos Públicos, nomeadamente as propostas.

- a) Que não apresentem alguns dos elementos indicados no ponto 7.5.2 deste programa de procedimento;
- b) Que não apresentem algum dos atributos, nos termos do disposto da alínea b) do nº1 do artigo 57º:
- c) Que apresentem atributos que violem os parâmetros base fixados no caderno de encargos ou que apresentem quaisquer termos ou condições que violem os aspetos da execução do contrato a celebrar por aquele não submetidos à concorrência, sem prejuízo do disposto nos n.os 4 a 6 e 8 a 11 do artigo 49º do CCP;
- d) A impossibilidade de avaliação das mesmas em virtude da forma de apresentação de algum dos respetivos atributos;
- e) Que o preço contratual for superior ao preço base;
- f) Um preço anormalmente baixo, cujos esclarecimentos justificativos não tenham sido apresentados ou não tenha sido considerado nos termos do disposto do artigo 71º do CCP;
- g) Que o contrato a celebrar implicaria a violação de quaisquer vinculações legais e regulamentares aplicáveis;
- h) A existência de fortes indícios de atos, acordos, práticas ou informações suscetíveis de falsear as regras da concorrência.

8.1.3. Após a análise das propostas e aplicado o critério de adjudicação constante neste Programa de Procedimento, o júri elabora fundamentadamente um relatório preliminar (artigo 146º do CCP, alterado pelo Decreto-Lei nº 149/2022, de 12 de julho), no qual propõe uma ordenação das propostas.

8.1.4. No relatório mencionado no número anterior, o júri apresenta as razões que fundamentam a exclusão de qualquer proposta, se for o caso.

8.1.5. Elaborado o relatório preliminar, o júri procede à audiência prévia nos termos do disposto no nº 1 do artigo 123º do CCP por remissão do artigo 147º do mesmo diploma legal.

8.1.6. Exercido o prazo de audiência prévia referida no ponto anterior, ou decorrido o respetivo prazo, o júri pondera as observações formuladas e elabora relatório final de avaliação das propostas fundamentado, que submete à apreciação e decisão entidade adjudicante, podendo ainda propor a exclusão de qualquer proposta se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos previstos no nº2 do artigo 146º do CCP.



8.1.7. No caso previsto na parte final do número anterior, será dado cumprimento ao disposto no artigo 148º do CCP.

8.2. Preço anormalmente baixo

8.2.1. No âmbito do presente concurso considera-se que o preço total resultante de uma proposta é anormalmente baixo quando seja 60% ou mais inferior ao preço base fixado no caderno de encargos.

8.2.2. Quando o preço contratual for passível de ser considerado anormalmente baixo, nos termos do disposto no ponto 6.2 do presente programa, a entidade adjudicante solicitará os esclarecimentos justificativos relativos aos elementos constitutivos da proposta que considere relevantes para esse efeito.

8.2.3. Na análise dos esclarecimentos prestados pelo concorrente pode tomar-se em consideração justificações inerentes, designadamente as constantes no nº 4 do art. 71º do CCP, entre outras.

8.3. Esclarecimentos sobre as propostas

8.3.1. O Município de Estarreja pode pedir, aos concorrentes quaisquer esclarecimentos sobre as propostas apresentadas que considere necessários para efeito de análise e da avaliação das mesmas.

8.3.2. Os esclarecimentos prestados pelos respetivos concorrentes fazem parte integrante das mesmas, desde que:

- a) Não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem,
- b) Não alterem ou completem os respetivos atributos;
- c) Nem visem suprir omissões que determinam a sua exclusão nos termos do disposto no ponto 5.2 do presente Programa de Procedimento (artigo 70º do CCP)

8.3.3. Todos os esclarecimentos prestados serão publicitados na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante, devendo todos os concorrentes serem imediatamente notificados desse facto.

8.4. Critério de adjudicação

8.4.1. A adjudicação será feita à proposta considerada economicamente mais vantajosa, de acordo com o artigo 74º do CCP, de acordo com os seguintes critérios de adjudicação devidamente ponderados por ordem decrescente de importância:

- a) **P_e** – Preço Global da Proposta: 80%
- b) **QMTP**Proposta – Qualidade e Mérito Técnico da Proposta: 20%

8.4.2. Não serão consideradas para efeito de adjudicação as propostas cujo valor exceda o valor do preço base, conforme previsto na alínea d) do nº 2 do Artigo 70º do Código dos Contratos Públicos.



8.4.3. Não serão consideradas para efeito de adjudicação as propostas que apresentem um preço total anormalmente baixo, cujos esclarecimentos justificativos não tenham sido apresentados ou não tenham sido considerados nos termos do disposto no Artigo 71º do Código dos Contratos Públicos.

8.4.4. Após a ponderação de todos os fatores e no caso de haver empate na pontuação final de propostas posicionadas em 1º lugar, serão aplicados os seguintes critérios, até haver desempate e pela ordem apresentada:

1º - Menor preço proposto;

2º - Maior pontuação obtida no fator “Qualidade e Mérito Técnico da Proposta”;

3º - Aplicação do n.º 2 do artigo 160º do CCP.

8.4.5. Os critérios referidos no ponto 8.4.1. são avaliados de acordo com a metodologia descrita no modelo de avaliação das propostas que constitui o **Anexo III** ao presente Programa do Procedimento.

8.5. Audiência Prévia

8.5.1. Após análise das propostas, os concorrentes são notificados do respetivo Relatório Preliminar elaborado conforme estabelecido no ponto 8.1.3 deste Programa de Procedimento, para efeitos de audiência prévia, a realizar num prazo de 5 (cinco) dias úteis.

8.5.2. Se da audiência prévia resultar uma necessidade de alteração da ordenação classificativa das propostas, ou a exclusão de propostas não prevista no Relatório Preliminar, haverá lugar a nova audiência prévia, antes da emissão do Relatório Final de análise das propostas.

8.6. Notificação da adjudicação/Documentos de Habilitação

8.6.1. Cumpridas as formalidades previstas nos pontos anteriores, as entidades que integram o Agrupamento de Entidades Adjudicantes procedem em conjunto, à adjudicação da proposta hierarquizada em primeiro lugar.

8.6.2. A decisão de adjudicação é comunicada, pelo Município de Estarreja, em simultâneo, a todos os concorrentes juntamente com o relatório de avaliação de propostas.

8.6.3. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o adjudicatário e igualmente notificado para apresentar, no prazo de 10 (dez) dias úteis, os documentos de habilitação identificados no ponto 9.1 do presente Programa de Procedimento.

8.7. Anulação da adjudicação

8.7.1. A adjudicação considera-se sem efeito quando, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário:



- a) Não entregue a documentação que lhe seja exigida nos termos do ponto 9.1 deste programa de concurso (artigo 86º do CCP, alterado pelo Decreto-Lei nº 149/2012, de 12 de julho)
- b) Não preste a caução que lhe seja exigida nos termos do ponto 10 deste programa de concurso (artigo 91º do CCP)
- c) Não compareça no dia, hora e locais fixados para a outorga do contrato (artigo 105º do CCP).

8.8. Causas de não adjudicação

8.8.1. O agrupamento de entidades adjudicantes reserva o direito de não efetuar a adjudicação, nomeadamente nos casos de:

- a) Nenhum candidato se haja apresentado ou nenhum concorrente haja apresentado proposta;
- b) Todas as propostas tenham sido excluídas;
- c) Por circunstâncias imprevistas, seja necessário alterar aspetos fundamentais das peças do procedimento após o termo do prazo fixado para a apresentação das propostas;
- d) Circunstâncias supervenientes ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, relativas aos pressupostos da decisão de contratar, o justifiquem;
- e) Nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 79º do Código dos Contratos Públicos, a autarquia reserva-se ao direito de não contratualizar, caso ocorra a indisponibilidade de fundos, nos termos constantes na Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, complementado pelo Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho.

8.8.2. Caso se verifique a não adjudicação, os concorrentes são notificados da correspondente decisão, das medidas a adotar de seguida e dos respetivos fundamentos.

9. HABILITAÇÃO

9.1. Documentos de Habilitação

9.1.1. O adjudicatário deve apresentar os seguintes documentos de habilitação, no prazo de **10 (dez) dias úteis** a contar da data de envio do ofício de adjudicação, redigidos em língua portuguesa ou acompanhados de tradução devidamente legalizada:

- a) Declaração emitida conforme modelo constante do anexo II ao CCP (alterado pelo Decreto-Lei nº 149/2012, de 12 de julho), e se encontra em **Anexo III** a este Programa de Procedimento – declaração de “*não impedimento*”;



b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas **b), d), e) e i)** do artigo 55º do Código de Contratos Públicos (Decreto-Lei nº18/2008, de 29 de janeiro), especificamente:

b. a) Certidão de registo criminal;

b.b) Certidões emitidas pela Segurança Social e pela Administração Pública, relativamente à situação regularizada perante a Segurança Social e Estado **ou** *devidas autorizações para que o Município possa consultar on-line (n.º 3 e 4 do Decreto-Lei n.º 114/2007 de 19 de abril).*

c) Documento comprovativo da prestação da caução devida, conforme previsto no ponto 10 do presente programa de procedimento, nos termos do disposto nos artigos 88.º a 91.º do CCP (Código dos Contratos Públicos), indicando expressamente o seu valor;

e) Alvará (ou cópia simples do mesmo) emitido pelo Instituto da Construção e do Imobiliário (INCI), detentor da autorização para a 1ª Subcategoria da 2ª Categoria da classe correspondente ao valor global da sua proposta; 6ª Subcategoria da 2ª Categoria da classe correspondente ao valor da soma dos capítulos 4 e 5 do Mapa de Quantidades/Orçamento, nos termos do n.º 2 do art.º 31 do Decreto-Lei n.º 12/2004.

9.1.2. A não apresentação dos documentos de habilitação no prazo fixado no número anterior, por causa imputável ao adjudicatário, ou não redigidos em língua portuguesa ou falta de tradução devidamente legalizada, implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave.

9.1.3. No caso previsto no número anterior a adjudicação será efetuada à proposta ordenada em lugar subsequente.

9.1.4. Os documentos de habilitação apresentados pelo adjudicatário devem ser disponibilizados para consulta de todos os concorrentes, na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante.

9.2. Modo de Apresentação dos Documentos de Habilitação

9.2.1. O adjudicatário deve apresentar reprodução dos documentos de habilitação referidos no artigo anterior diretamente na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante, <http://www.compraspublicas.com>, ou através de correio eletrónico para aprovisionamento@cm-estarreja.pt, ou, ainda, para os documentos referidos na alínea b) do nº 1 do referido artigo, indicar à entidade adjudicante o endereço do sítio onde aqueles podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítio e documentos deles constantes estejam redigidos em língua portuguesa.

9.2.2. O órgão competente para a decisão de contratar pode sempre exigir ao adjudicatário, em prazo que fixar para o efeito, a apresentação dos originais de qualquer documento cuja reprodução tenha sido apresentada nos termos do disposto no número 1 da presente cláusula, em caso de dúvida fundada sobre o conteúdo ou



autenticidade destes, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto no número 2 da cláusula anterior.

9.2.3. Quando o adjudicatário for um agrupamento de pessoas singulares ou coletivas:

- a) Os documentos previstos no ponto 9.1 devem ser apresentados por todos os seus membros.

10. CAUÇÃO

10.1. Caução para Garantir o Cumprimento de Obrigações

10.1.1. Para garantir o exato e pontual cumprimento das suas obrigações, a entidade adjudicatária deve prestar uma caução no valor de 5% (cinco por cento), do montante do total da sua proposta global, com exclusão do IVA, sendo a sua prestação condição da celebração do contrato.

10.1.2. O adjudicatário deve, no prazo fixado na notificação a que se refere o ponto 9.1, comprovar que prestou caução.

10.1.3. A entidade concedente pode considerar perdida a seu favor a caução prestada, independentemente de decisão judicial, nos casos de não cumprimento das obrigações legais, contratuais ou pré-contratuais pelo adjudicatário (artigo 296º do CCP).

10.1.4. A pedido do adjudicatário, a caução deve ser reduzida à medida que se procede à dedução nos pagamentos ou quando aquele forneça bens/preste serviços de valor igual ou superior ao montante da redução sem que se tenha procedido ao respetivo pagamento.

10.1.5. Ocorrendo a situação prevista no número anterior, a caução deve ser reduzida ou totalmente liberada nos 30 dias, subsequentes ao pedido apresentado.

10.2. Modos de Prestação

10.2.1. As cauções podem ser prestadas por depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado, ou mediante garantia bancária ou seguro-caução, conforme escolha do adjudicatário (modelos em **Anexo V e VI**).

10.2.2. O depósito em dinheiro ou títulos é efetuado em Portugal, em qualquer instituição de crédito, à ordem do Município de Estarreja, devendo ser especificado o fim a que se destina.

10.2.3. Quando o depósito for efetuado em títulos, estes são avaliados pelo respetivo valor nominal, salvo se, nos últimos três meses, a média da cotação na bolsa de valores ficar abaixo do par, caso em que avaliação é feita em 90% dessa média.

10.2.4. Se o adjudicatário prestar a caução mediante garantia bancária, deve apresentar um documento pelo qual um estabelecimento bancário legalmente autorizado assegure, até ao limite do valor da caução, o imediato pagamento de



quaisquer importâncias exigidas pela entidade concedente em virtude do incumprimento das obrigações por parte do adjudicatário.

10.2.5. Tratando-se de seguro-caução, o adjudicatário deve apresentar apólice pela qual uma entidade legalmente autorizada a realizar esse seguro assuma, até ao limite do valor da caução, o encargo de satisfazer de imediato quaisquer importâncias exigidas pela entidade concedente, em virtude de incumprimento das obrigações.

10.2.6. Das condições da garantia bancária ou da apólice de seguro-caução não pode, em caso algum, resultar uma diminuição das garantias da entidade concedente, nos moldes em que são asseguradas pelas outras formas admitidas, de prestação da caução, ainda que não tenha sido pago o respetivo prémio.

10.2.7. Todas as despesas derivadas da prestação de caução são da responsabilidade do adjudicatário.

11. CONTRATO

11.1. Aceitação da minuta do contrato

11.1.1. Após a aprovação da minuta do contrato a celebrar, o órgão competente para decisão de contratar, notifica-a o adjudicatário, assinalando expressamente os ajustamentos propostos nos termos do artigo 99º do CCP.

11.1.2. Simultaneamente, será notificado para proceder à apresentação dos documentos a seguir indicados, para efeito da celebração do contrato escrito, sob pena de a adjudicação caducar:

- a) Documentos comprovativos da identidade e de que os outorgantes têm poderes para obrigar a entidade adjudicatária;
- b) Fotocópia do cartão de identificação fiscal do adjudicatário;

11.1.3. A minuta do contrato a celebrar e os ajustamentos propostos consideram-se aceites pelo concorrente quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos 5 (cinco) dias subsequentes à respetiva notificação.

11.2. Ajustamentos ao conteúdo do contrato a celebrar

11.2.1. O órgão com competência para decisão de contratar pode propor ajustamentos ao conteúdo do contrato a celebrar, desde que estes resultem de exigências de interesse público e, tratando-se de procedimento em que se tenha analisado e avaliado mais do que uma proposta, seja objetivamente demonstrável que a respetiva ordenação não seria alterada se os ajustamentos propostos tivessem sido refletidos em qualquer das propostas, sendo que os referidos ajustamentos não podem implicar, em caso algumas as situações previstas no nº 2 do artigo 99º do CCP.



11.3. Reclamações contra a minuta

11.3.1. São admissíveis reclamações contra a minuta quando dela constem obrigações não contidas na proposta ou nos documentos que servem de base ao concurso.

11.3.2. Em caso de reclamação, a entidade que aprova a minuta comunica ao adjudicatário, no prazo de 10 dias, o que houver decidido sobre a mesma, equivalendo o silêncio à rejeição da reclamação.

11.4. Celebração/ outorga de contrato escrito

11.4.1. O contrato deve ser celebrado no prazo de 30 dias a contar da aceitação da minuta ou da decisão da reclamação, mas nunca antes de:

- a) Decorridos 10 (dez) dias contados da publicação da notificação da decisão de adjudicação;
- b) Apresentados todos os documentos de habilitação exigidos;
- c) Confirmados todos os compromissos referidos na alínea c) do nº 2 do artigo 77º.

11.4.2. A representante do agrupamento de entidades adjudicantes comunica ao adjudicatário, com a antecedência mínima de 5 (cinco) dias, a data, hora e local em que se celebra o contrato.

11.4.3. Se a representante do agrupamento de entidades adjudicantes não celebrar o contrato no prazo fixado, pode o concedente desvincular-se da proposta, liberando-se a caução que haja sido prestada, sendo reembolsado de todas as despesas e demais encargos decorrentes da prestação da caução, sem prejuízo de direito a justa indemnização prevista no nº 3 do artigo 105º do CCP.

11.4.4. As despesas e os encargos inerentes à redução do contrato escrito, são da responsabilidade do adjudicatário.

12. POSSIBILIDADE DE AJUSTE DIRETO

Encontra-se prevista a possibilidade de ajuste direto de acordo com os artigos 24º e 25º do Código dos Contratos Públicos



13. DISPOSIÇÕES FINAIS

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente programa aplica-se o regime previsto no Código de Contratos Públicos e legislação complementar.

Estarreja, 04 de abril de 2013

O Presidente de Câmara

(José Eduardo Alves Valente Matos - Dr.)

PROGRAMA DE PROCEDIMENTO

CONCURSO PÚBLICO

ANEXOS



Regeneração Urbana do Quarteirão Norte da Praça Francisco Barbosa

Praça Francisco Barbosa, Rua Dr. Alberto Vidal, Rua Dr. Souto Alves, Rua e Travessa da Restauração

Freguesia de Beduído, Concelho de Estarreja

Câmara Municipal de Estarreja

Praça Francisco Barbosa

Estarreja

Telefone: 234 840 600

Fax: 234 840 611

geral@cm-estarreja.pt

[aprovisionamento @cm-estarreja.pt](mailto:aprovisionamento@cm-estarreja.pt)



ES-0989/2007



ANEXO I – Declaração de Aceitação de Conteúdo do Caderno de Encargos

**Concurso Público – Empreitada de Obra Pública – Regeneração Urbana do Quarteirão
Norte da Praça Francisco Barbosa, na Freguesia de Beduído, n Concelho de Estarreja
– CPEOP_001/2013**

[Declaração a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57º] – Anexo I do CCP

1. ...(nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ¹ ...(firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ² se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.
2. Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo ³ :
 - a)
 - b)
3. Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.
4. Mais declara, sob compromisso de honra, que:
 - a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respetivo processo pendente;
 - b) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional ⁴ [ou os titulares dos seus órgãos sociais de

¹ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas

² No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

³ Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º

⁴ Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.



- administração, direção ou gerência não foram condenados por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional ⁵] ⁶ ;
- c) Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional ⁷ [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional ⁸] ⁹
- d) Tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) ¹⁰ ;
- e) Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) ¹¹
- f) Tenham sido objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71º da Lei nº 19/2012, de 8 de maio, e no n.º 1 do artigo 460.º do Código dos Contratos Públicos, durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória; ¹²
- g) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 627.º do Código do Trabalho ¹³
- h) Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão -de -obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) ¹⁴
- i) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por algum dos seguintes crimes ¹⁵ ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram condenados por alguns dos seguintes crimes ¹⁶ ¹⁷:
- i) Participação em atividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2.º da Ação Comum n.º 98/773/JAI, do Conselho;

⁵ Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação

⁶ Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.

⁷ Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.

⁸ Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.

⁹ Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.

¹⁰ Declarar consoante a situação.

¹¹ Declarar consoante a situação.

¹² Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.

¹³ Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.

¹⁴ Declarar consoante a situação.

¹⁵ Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.

¹⁶ Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.

¹⁷ Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.



- ii) Corrupção, na aceção do artigo 3.º do Ato do Conselho de 26 de maio de 1997 e do n.º 1 do artigo 3.º da Ação Comum n.º 98/742/JAI, do Conselho;
 - iii) Fraude, na aceção do artigo 1.º da Convenção relativa à Proteção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;
 - iv) Branqueamento de capitais, na aceção do artigo 1.º da Diretiva n.º 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de Junho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais;
 - j) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.
5. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinara aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.
6. Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo II do referido Código, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 4 desta declaração.
7. O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contra -ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinara aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura ¹⁸].

¹⁸ Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º



ANEXO II – Proposta

Concurso Público – Empreitada de Obra Pública – Regeneração Urbana do Quarteirão Norte da Praça Francisco Barbosa, na Freguesia de Beduído, n Concelho de Estarreja – CPEOP_001/2013

PROPOSTA

[Modelo a que se refere o ponto 7.5. do Programa de Procedimento]

.....ⁱ, depois de ter tomado conhecimento do objeto da empreitada de obra públicaⁱⁱⁱⁱⁱa que se refere o Programa de Procedimento datado de de, obriga-se a executar aquele, de harmonia nas condições e termos expressos no Programa, Caderno de Encargos e legislação aplicável, pela quantia de:

Preço Global Proposto, € (conforme lista de preços unitários)

Mais declara que renuncia a foro especial, e se submete em tudo o que respeitar à execução do seu contrato, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

.....,, de, de

iv

(Assinatura)

ⁱ Identificação do concorrente pessoa singular ou do (s) representante (s) legal (ais) do Concorrente, tratando-se de pessoa coletiva, indicação do nome, estado civil, profissão e residência, ou firma e sede.;

ⁱⁱ Eliminar o que não interessa

ⁱⁱⁱ Indicar o objeto do fornecimento

^{iv} Assinatura do concorrente pessoa singular ou do (s) representante (s) legal (ais) do concorrente, tratando-se de pessoa coletiva.



ANEXO III – Modelo de Avaliação

Concurso Público – Empreitada de Obra Pública – Regeneração Urbana do Quarteirão Norte da Praça Francisco Barbosa, na Freguesia de Beduído, n Concelho de Estarreja – CPEOP_001/2013

[Referente ao descrito no ponto 8.4 do Programa do Procedimento]

1. O presente modelo define os fatores e pontuação parcelar de cada um dos fatores a ter em conta na avaliação dos atributos colocados à concorrência.
2. A adjudicação será feita à proposta considerada economicamente mais vantajosa, de acordo com o artigo 74º do CCP, de acordo com os seguintes critérios de adjudicação devidamente ponderados por ordem decrescente de importância:
 - a) **P_ε** – Preço Global da Proposta: 80%
 - b) **QMTProposta** – Qualidade e Mérito Técnico da Proposta: 20%
3. A proposta economicamente mais vantajosa resultará da aplicação da ponderação dos fatores conforme expressão matemática que a seguir se explicita:
 - a) $P_{Final} = 0,80 \times P_{\epsilon} + 0,20 \times QMTProposta$
4. Resulta desta expressão matemática um valor entre 0 e 10, sendo considerada a proposta economicamente mais vantajosa aquela cuja pontuação se encontrar mais perto do valor máximo (10).
5. Cada um dos critérios de adjudicação indicados no número anterior será classificado independentemente dos outros.

P_ε - Densificação do fator Preço Global

A pontuação do fator preço global (de 0 ao máximo de 10) resulta da aplicação da seguinte expressão matemática, com uma aproximação de decimais:

$$P_{\epsilon} = [(P_b \times 0,6) / P_{pa}] \times 10]$$

Em que:

P_ε – Nota do valor da proposta em análise;

P_{pa} – Valor da proposta em análise;

P_b – Preço Base;

Resulta desta expressão matemática um valor entre 0 e 10.

QMT – Densificação do fator Qualidade e Mérito Técnico da Proposta e respetivas pontuações Parciais

A avaliação do fator **Qualidade e Mérito Técnico da Proposta** é efetuada numa classificação de 0 a 10, tendo por base os aspetos da empreitada submetida à concorrência, e será o resultado de 3 fatores: **QMT.P.1** – Programa de Trabalhos; **QMT.P.2** – Memória Descritiva e Justificativa; **QMT.P.3** – Plano de Pagamentos com a ponderação a seguir indicada:



QMTProposta – Qualidade e Mérito Técnico da Proposta (10%)

QMTP.1 – Programa de Trabalhos (50%);

QMTP.2 – Memória Descritiva e justificativa (40%);

QMTP.3 – Plano de Pagamentos (10%);

Os fatores e subfactores aqui referidos serão ponderados tendo em conta a decomposição nos descritores abaixo definidos, sendo atribuída a cada proposta uma pontuação em função da apreciação dos aspetos integrantes de cada um deles e conforme expressão matemática que a seguir se indica:

$$\text{QMTPProposta} = 0,50x \text{ QMTP.1} + 0,40x \text{ QMTP.2} + 0,10x \text{ QMTP.3}$$

Resultando um valor entre 0 e 10.

QMTP.1 – Programa de Trabalhos

Para a avaliação do subfactor “**Programa de Trabalhos**”, serão analisadas as metodologias propostas para a execução da obra, onde se terá em conta os aspetos relevantes para o correto planeamento e execução da empreita de obra pública.

A pontuação variará entre um valor mínimo 0 e um máximo de 10 com uma ponderação de 50% na avaliação da qualidade técnica, contribuindo para a apreciação específica deste subfactor os seguintes elementos: adequação do plano de trabalhos proposto, nomeadamente a metodologia do modo de execução da empreitada, a discriminação inequívoca, em gráfico, os prazos, ritmo e ordem de execução das diferentes espécies de trabalho que a constituem, a distribuição e a permanência da mão de obra direta e dos equipamentos a destacar pelos concorrentes no local dos trabalhos, cuja avaliação assenta na ponderação dos fatores abaixo designados (3, 5, 8 ou 10).

Plano de Trabalhos, de base semanal, no qual será analisada a desagregação das atividades e a coerência entre elas com a indicação dos rendimentos e sua compatibilização com os restantes planos que constituem o programa de trabalhos.

Programa de Trabalhos

QMTP.1. _Plano de Trabalhos	Considera a maioria das atividades, indicando a duração das mesmas	3
	Considera a maioria das atividades, indica a duração, prazo e o ritmo de execução das mesmas e as relações de precedência. Serão penalizadas as situações ou soluções apresentadas pelo concorrente que se traduzam na violação das regras da boa arte ou que apresentam erros manifestos.	5
	Considera a maioria das atividades incluindo as mais relevantes, indica a duração, prazo e o ritmo de execução das mesmas e as relações de precedência, identificando claramente o caminho crítico, tendo em atenção as diferentes frentes e simultaneidade dos equipamentos e mão de obra. Serão penalizadas as situações ou soluções apresentadas pelo concorrente que se traduzam na violação das regras da boa arte ou que apresentam erros manifestos.	8



	Considera a maioria das atividades incluindo as mais relevantes, indica a duração, o prazo e o ritmo de execução das mesmas e as relações de precedência, identificando claramente o caminho crítico e a folga das atividades não críticas da obra tendo em atenção as diferentes espécies e frentes e simultaneidade dos equipamentos e mão de obra. Considera ainda um escalonamento de atividades que minimiza de forma evidente o condicionamento da obra. Serão penalizadas as situações ou soluções apresentadas pelo concorrente que se traduzam na violação das regras da boa arte ou que apresentem erros manifestos.	10
--	--	----

QMT.2 – Memória Descritiva e Justificativa

A **Memória Justificativa e Descritiva** é uma peça importante na apreciação da proposta, onde são desenvolvidos os aspetos de execução não expostos na parte gráfica (**QMT.1**) de acordo com os descritores abaixo indicados.

O concorrente deverá especificar os aspetos técnicos do programa de trabalhos, expressando inequivocamente os que considera essenciais à validade da sua proposta e cuja rejeição implica a sua ineficácia.

O subfactor **Memória Descritiva e Justificativa do Modo de Execução da Obra**, designadamente:

- ⇒ A descrição do modo de execução dos trabalhos e o seu desenvolvimento;
- ⇒ A constituição das equipas utilizadas e respetivos rendimentos;
- ⇒ A caracterização das interdependências e encadeamentos das diferentes atividades, referindo em particular, os procedimentos a adotar para controlo da duração das diversas atividades para efeitos de garantia do cumprimento do prazo da empreitada;

Para a pontuação deste Subfactor, será atribuído um valor mínimo de 0 e um máximo de 10 com uma ponderação de 40% na avaliação da valia técnica da sua proposta. A pontuação do subfactor será feita com base nos descritores abaixo designados (3, 5, 8 ou 10).

Memória Descritiva e Justificativa

QMT.2. Memória Descritiva e Justificativa	Apresenta escalonamento da maioria das atividades, justificando as relações de precedência apenas com generalidades.	3
	Apresenta escalonamento e calendarização da maioria das atividades, incluindo as mais relevantes, justificando as relações de precedência. Tendo por base a justificação do modo de execução da obra para o cumprimento do objetivo prazo. Serão penalizadas as situações ou soluções apresentadas pelo concorrente que se traduzam na violação das regras da boa arte ou que apresentem erros manifestos.	5



	Apresenta escalonamento e calendarização da maioria das atividades, incluindo as mais relevantes, justificando as relações de precedência. Tendo por base a justificação do modo de execução da obra para o cumprimento do objetivo prazo, justificando o dimensionamento das equipas e os rendimentos considerados. Serão penalizadas as situações ou soluções apresentadas pelo concorrente que se traduzam na violação das regras da boa arte ou que apresentem erros manifestos.	8
	Apresenta escalonamento e calendarização da maioria das atividades, incluindo as mais relevantes, justificando as relações de precedência. Tendo por base a justificação do modo de execução da obra para o cumprimento do objetivo prazo, justificando o dimensionamento das equipas e os rendimentos considerados. Identifica ainda os riscos de desvio ao objetivo prazo, assim como as medidas que considera implementar para fazer face aos mesmos. Serão penalizadas as situações ou soluções apresentadas pelo concorrente que se traduzam na violação das regras da boa arte ou que apresentem erros manifestos.	10

QMTP.3 – Plano de Pagamentos

Procura-se avaliar-se neste parâmetro o detalhe com que o plano foi desenvolvido através da verificação da correspondência efetiva entre o Plano de Pagamentos e o esclarecimento das atividades no programa de trabalhos.

Para a pontuação deste Subfactor, será atribuído um valor mínimo de 0 e um máximo de 10 com uma ponderação de 10% na avaliação da valia técnica da proposta. A pontuação do subfactor será feita com base nos descritores abaixo designados (3, 5, 8 ou 10).

Plano de Pagamentos

QMTP 3. Plano de Pagamentos	Apresenta faturação mensal e acumulada. Tem fraca correspondência com o desenvolvimento das atividades expressas no plano de trabalhos.	3
	Apresenta faturação mensal e acumulada. Tem correspondência com o plano de trabalhos embora com muitos desajustamentos.	5
	Apresenta faturação mensal e acumulada. Tem correspondência com o plano de trabalhos, embora com pequenos desajustamentos.	8
	Apresenta faturação mensal e acumulada, acompanhada do escalonamento da faturação por atividade considerada no plano de trabalhos. Tem correspondência efetiva com o plano de trabalhos.	10



ANEXO IV – Declaração de Não Impedimentos

Concurso Público – Empreitada de Obra Pública – Regeneração Urbana do Quarteirão Norte da Praça Francisco Barbosa, na Freguesia de Beduído, n Concelho de Estarreja – CPEOP_001/2013

[Declaração a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81º] – Anexo II do CCP

1. ...(nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ¹ ...(firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ² :

- a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respetivo processo pendente;
- b) Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional ³ [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional ⁴] ⁵ ;
- c) Tenham sido objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, na alínea b) do nº 1 do artigo 71º da Lei nº 19/2012, de 8 de maio, e no n.º 1 do artigo 460.º do Código dos Contratos Públicos, durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória⁶;

¹ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

² No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada

³ Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.

⁴ Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.

⁵ Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.

⁶ Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.



- d) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 627.º do Código do Trabalho⁷;
- e) Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de -obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal)⁸;
- f) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.
- 2.** O declarante junta em anexo [ou indica ...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados ⁹] os documentos comprovativos de que a sua representada ¹⁰ não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
- 3.** O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.
- ... (local), (data), [assinatura ¹¹].

⁷ Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.

⁸ Declarar consoante a situação.

⁹ Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

¹⁰ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

¹¹ Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º



Anexo V – Guia de Depósito Bancário

Concurso Público – Empreitada de Obra Pública – **Regeneração Urbana do Quarteirão Norte da Praça Francisco Barbosa, na Freguesia de Beduído, n Concelho de Estarreja** – CPEOP_001/2013

Euros _____ €

Vai _____ (*nome do adjudicatário*), com sede em _____ (*morada*), depositar na _____ (*sede, filial, agência ou delegação*) do Banco _____ a quantia de _____ (*por algarismos e por extenso*) em dinheiro/em títulos _____ (*eliminar o que não interessar*), como caução exigida para _____ (*identificação do procedimento*), nos termos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos. Este depósito, sem reservas, fica à ordem de _____ (*entidade adjudicante*), a quem deve ser remetido o respetivo conhecimento.

[*Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais)*]



Anexo VI – Garantia Bancária / Seguro Caução

Concurso Público – Empreitada de Obra Pública – **Regeneração Urbana do Quarteirão Norte da Praça Francisco Barbosa, na Freguesia de Beduído, n Concelho de Estarreja** – CPEOP_001/2013

Garantia bancária/seguro de caução n.º _____

Em nome e a pedido de _____ (*adjudicatário*), vem o(a) _____ (*instituição garante*), pelo presente documento, prestar, a favor de _____ (*entidade adjudicante beneficiária*), uma garantia bancária/seguro-caução (*eliminar o que não interessar*), até ao montante de _____ (*por algarismos e por extenso*), destinada(o) a caucionar o integral cumprimento das obrigações assumidas pelo(s) garantido(s) no âmbito do _____ (*identificação do procedimento*), nos termos dos n.ºs 6 e 8/7 e 8 (*eliminar o que não interessar*) do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos.

A presente garantia corresponde a 5% do preço contratual e funciona como se estivesse constituída em moeda corrente, responsabilizando-se o garante, sem quaisquer reservas, por fazer a entrega de toda e qualquer importância, até ao limite da garantia, logo que interpelado por simples notificação escrita por parte da entidade beneficiária.

Fica bem assente que o banco/companhia de seguros (*eliminar o que não interessar*) garante, no caso de vir a ser chamado(a) a honrar a presente garantia, não poderá tomar em consideração quaisquer objeções do(s) garantido(s), sendo-lhe igualmente vedado opor à entidade beneficiária quaisquer reservas ou meios de defesa de que o garantido se possa valer face ao garante.

A presente garantia permanece válida até que seja expressamente autorizada a sua libertação pela entidade beneficiária, não podendo ser anulada ou alterada sem esse mesmo consentimento e independentemente da liquidação de quaisquer prémios que sejam devidos.

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais)]